



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



27

Discurso no seminário internacional Política, ética e pobreza

7 DE MARÇO DE 1995

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Governador do Distrito Federal, Doutor Cristovam Buarque; Eminência Reverendíssima, Doutor José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília; Dom Alfio Rapisarda, Núncio Apostólico do Brasil; Dom Serafim Fernandes de Araújo, Arcebispo de Belo Horizonte e Vice-Presidente do Celam; Dom Raymundo Damasceno Assis, nosso Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral do Celam; Doutor Luiz Herrera Campins, ex-Presidente, que nós dá a honra da sua presença aqui; Senhor Representante da Fundação Adenauer, Horts Schönbohm; Senhoras; Senhores; Senhores Bispos; Senhores Arcebispos;

É para mim uma satisfação voltar a esta Casa dos Salesianos numa dupla qualidade: de alguém que vem abrir um simpósio importante, a que me fazem a gentileza de convidar para dizer algumas palavras sobre um tema extremamente oportuno, como seja, o da pobreza, da ética e da política; e na qualidade, hoje, de Presidente da República.

São incontáveis, inúmeras, as vezes em que estive aqui, nesta Casa, como cidadão, como senador, como ministro. Sempre estive aqui. E, em

muitas ocasiões, tivemos nesta Casa debates extremamente proveitosos, sobretudo no período da Assembléia Nacional Constituinte, quando aqui – talvez não fosse de conhecimento público – havia um sem-número de reuniões, em que nós, participantes, embora de partidos diversos, tínhamos a idéia de que era preciso chegar a algum entendimento sobre os pontos mais sensíveis, mais importantes, para a elaboração da nossa Constituição. De modo que hoje tenho muitas razões para expressar o meu agradecimento pelo convite e minha satisfação por estar aqui.

Não tomarei muito o tempo dos senhores, mas quero fazer dois tipos de reflexões: umas, inspirado pelo que disse o Doutor Schönbohm, um pouco mais abstratas, e outras um pouco mais concretas, tendo em vista que nós, como já foi dito por Dom Damasceno, estamos justamente hoje inaugurando também uma importante conferência em Copenhague – e, por razões alheias à minha vontade, em razão de minhas funções, não pude deixar o País neste momento para estar lá presente, como era do meu desejo e interesse.

Com relação às considerações mais abstratas, o que eu queria dizer não são coisas complicadas. Mas, quando pensamos em política e em ética, sobretudo quando se trata de colocar, no centro da reflexão, a questão da pobreza – e isso faz o elo com a segunda parte do que vou dizer aqui –, na verdade, nós temos que distinguir. Temos que distinguir, porque, quando analisamos um pouco mais a fundo de que maneira podemos responder aos ideais valorativos, à ética, nós temos que tomar em consideração que as várias vocações e profissões e as várias situações da vida, embora os valores sejam os mesmos, impõem-nos um percurso que não é sempre o mesmo.

Eu fui treinado na universidade. Não sou o único. Estou aqui cercado por universitários. Nós fomos treinados na ética da ciência. Fomos treinados no sentido de nos orientarmos por aquilo que entendemos ser a verdade e o caminho para chegar a ela, e com o compromisso obrigatório, moral, de descrever o caminho para que outros possam percorrer-lo e verificar se, efetivamente, aquilo que estamos dizendo é verdadeiro, ou seja, dar algumas regras objetivas que permitam a tercei-

ros aferir o percurso que nós fizemos. E quem foi treinado nas lides científicas também sabe que esse compromisso de expor de imediato o que se sabe, o que se descobre, é imperativo. Alguém que tem treinamento dentro da ciência não tem o direito, senão que tem o dever, de dizer o que sabe, de proclamar a verdade, quase se aproximando de um valor absoluto, último, mesmo que ele seja percebido e ainda não demonstrado.

Hoje, no afã da produção científica, com as modificações havidas nos meios de comunicação, em certos ramos da ciência a comunicação é instantânea. Hoje é via *modem*, via transmissão imediata, pelo computador. Os grupos que estão fazendo pesquisas pelo mundo afora estão conectados. A relação espaço-tempo desapareceu, tudo funciona em tempo real. Mal se sabe alguma coisa e imediatamente se comunica, até para que os registros possam estar lá, absolutamente isentos, mostrando quem fez isso e quem fez aquilo. Antigamente, havia uma defasagem de tempo entre o artigo e o livro. O livro, em geral, saía dois anos depois do artigo. O artigo na revista era um instrumento de comunicação mais ágil. Isso são tempos remotos, tempos antigos. Hoje, a comunicação é imediata, e a conexão entre os vários ramos da ciência se faz automaticamente. Evidentemente, nas ciências de laboratório, as contingências são distintas daquelas das demais ciências. Nos casos das nossas ciências ligeiras – a Economia, a Sociologia, o Direito – bastam a biblioteca, o lápis e o computador. O lápis nem é preciso, somente o computador e a biblioteca, e se tem à disposição o que de mais rico há em qualquer parte do mundo, desde que se esteja conectado com o sistema de informática e que se tenha acesso à documentação, aos livros e aos textos, que são retransmitidos automaticamente.

É obrigação anunciar o que se sabe. Não há um único ramo do saber nem muito menos da experiência vital, da experiência humana, em que as coisas não sejam assim. Não obstante, na política não é bem assim. Na política, e o conceito fundamental foi, a meu ver, tocado pelo Doutor Schönbohm. Existe a ética da responsabilidade. Os temas e os textos são inúmeros a esse respeito, desde um livro famoso de Merleau-Ponty, *Humanisme et terreur*, em que se discutia a questão trágica dos proces-

sos de Moscou, em que o autor tentava explicar como era possível que pessoas que seguramente não tinham tido nada a ver com aquilo de que eram acusadas confessassem. E a tese do Merleau-Ponty em relação a um dos mais eminentes acusados era de que a confissão derivava do fato de que, na dúvida, ele dizia: "Bom, eu não fiz isso, mas o que eu fiz induziu terceiros a tomarem atitudes pelas quais eu acabo sendo responsável. Portanto, embora eu não tenha feito, eu fiz, e eu confesso."

É claro que Merleau-Ponty não estava, à altura em que escreveu o livro, informado ainda dos terrores mais concretos, que arrancavam a confissão por instrumentos menos indiretos do que o da imputação por via oblíqua. Na verdade, havia a tortura, que levava a esses processos com muito maior velocidade do que a complexidade da mente do filósofo podia imaginar.

De qualquer maneira, o que se está salientando aqui é a noção de responsabilidade de um político naquilo que ele não fez, mas acredita que induziu, indiretamente, embora não o quisesse; embora ele, dentro da sua consciência, fosse inocente, pelas consequências daquilo que lhe foi imputado, e, por ter-lhe sido imputado, terceiros atuaram, e ele acaba responsável pelo que fez.

No fundo, não é distinto do que dizia Max Weber no famoso ensaio sobre a vocação do político, em que ele começa a descrever a diferença entre a ética da responsabilidade e a ética dos fins últimos. Na verdade, muitas vezes, o político, para ser responsável, tem que calar. Não pode mentir, mas talvez não possa dizer, porque, se disser, ele vai levar terceiros a uma atuação que, no fim, impedirá que aquilo que ele deseja – e que é, em última análise, aquilo que está de acordo com a sua consciência, com os seus valores e, talvez, com o bem – seja obstaculizado.

São condutas diferentes. O cientista proclama a sua verdade de imediato. O político tem que ter consciência da consequência das suas ações. E as consequências são de ações dele e das ações desencadeadas pelo que ele disse ou pelo que deixou de dizer, porque ele é responsável pelas ações de terceiros também. Ele acaba tendo que assumir responsabilidades que não lhe são, digamos, moralmente imputáveis, mas politicamente ele vai ser cobrado, objetivamente, pelo que aconteceu, embora ele não tivesse

participado ou desejado que aquilo acontecesse. Mas, se ele, muitas vezes, antes da hora, proclamar o que quer, ele não chega ao fim.

Isso não pode ser, entretanto, pensado como uma posição absoluta, como se a ética da responsabilidade fosse uma forma de eximir o político de ter valores, de ele não ser responsável, também, de um outro ponto de vista moral mais absoluto, pela coerência com os seus valores. Mas essa coerência se desdobra na ação, no curso da ação. É no resultado da ação que se vai buscar essa coerência. E o jogo mais fácil é sempre denunciar as “incoerências” daqueles que não percebem que a coerência se dá num processo, e não no ato isolado de “A”, de “B” ou de “C”, ou na ação isolada ou num momento da ação do político. Então, freqüentemente, o político é pego na armadilha: “Mentiu, não mentiu.” Às vezes, mentiu, sim. Aí não tem desculpa. Mas, às vezes, ele não disse, porque, se dissesse, teria impedido que a boa ação se consumasse.

Em matérias muito abstratas, é fácil perceber isso. Hoje mesmo, houve uma pequena modificação no câmbio no Brasil. Essa modificação não pode ser dita de antemão. Se for dita de antemão, muita gente ganha dinheiro ou perde dinheiro e pode até atrapalhar aquilo que é o bem do Brasil. Então, se ao político perguntam “É isso?”, ele não pode dizer. E, ao não dizer, ele está sendo absolutamente coerente, eticamente coerente com o objetivo de fazer o bem.

Então, as coisas não são simples, em termos da ação. E esse, digamos assim, existencialmente, é o aspecto mais difícil do exercício da política, especialmente para quem tem valores, consciência e sobretudo para quem teve, como é o nosso caso, treinamento noutros tipos de vocação. Mas é um outro tipo de ética, e, ao ser outro tipo de ética, não quer dizer que não seja ética, nem, como eu repito aqui, que o político possa ser absolvido de qualquer compromisso com a verdade, com os fins últimos. Não. Mas o processo de obtenção do resultado não se dá da mesma maneira que o resultado em que se trata pura e simplesmente de uma relação da consciência com o absoluto. É diferente. É uma outra forma de se relacionar.

Bom, estamos falando aqui de altas abstrações simplesmente porque fui levado a elas pela reflexão de quem me antecedeu, mas que são vitais

e cuja compreensão também é vital. Quando não se comprehendem essas questões, não se tem também capacidade de avaliar, de julgar se realmente o comportamento do político está sendo correto ou não, porque se está simplesmente reduzindo a ação do político ou a vida política a fatos isolados, quando se trata de um processo que tem que ser julgado em termos de coerência e em termos dos resultados que se obtêm.

Isso não é maquiavelismo. Não se trata de que qualquer instrumento seja útil para chegar ao fim, porque isso até é um empobrecimento de Maquiavel, que era mais rico do que isso. Mas não é maquiavelismo, é outra coisa bem diferente: é ter consciência da sua responsabilidade e saber que os seus atos transcendem, muitas vezes, até a sua intenção; e que, na política, você vai ser julgado não pela intenção, mas pelos atos. Freqüentemente, ainda é mais dramático: é que o político é julgado por intenções que ninguém conhece.

Mas, quantas vezes se vê, se imagina: “Opa, o Governador de Brasília olhou de certa maneira para o Presidente da República, porque ele está com raiva dele. O Presidente também está com raiva.” E não descobrem que é amor. (*Risos.*)

Então, não se pode saber se é uma coisa ou é outra pela intenção. Não se pode julgar o político pela intenção: tem que se julgar o político pela ação, pelo que está fazendo. Embora, do ponto de vista moral, sim, ele tenha que ter, o tempo todo, uma intenção reta e aja por outros instrumentos, nos métodos de avaliar se ele é, ou não, um homem digno de confiança, independentemente de ser político, sua intenção pode contar. Mas, sob o ponto de vista político, não é assim que se julga.

Ora, por que estamos fazendo um preâmbulo tão grande, além da incitação à reflexão mais abstrata? Porque nós temos problemas muito difíceis de resolver no tema da pobreza, não só na América Latina, mas especificamente no Brasil, muito difíceis de enfrentar e que só vão ser enfrentados com propriedade se efetivamente a coisas estiverem andando numa certa direção. E essa direção tem que ser persistente, tem que ser uma direção cujos resultados não necessariamente aparecem no ponto “A”, no primeiro momento, mas são fruto de um processo mais longo. Senão, são palavras. E o político sério sofre isso dramaticamente.

Se me permitem a imodéstia de exemplos pessoais, quantas vezes fui obrigado a pedir veto e quantas vezes vetei ou vou vetar? Já vetei, e vetarei mais, coisas que me parecem justas, mas que não têm condições de aprovação, porque sei que, ao ceder, em vez de ajudar, crio obstáculo que impede que amanhã eu efetivamente faça. Só que o julgamento só pode ser *ex post*. A tragédia do político sério é que ele entende o outro quando diz “Está errado”, porque o outro talvez não saiba das dificuldades todas que existem, do processo. E a sua intenção de ser certo pode acabar sendo errada. Aí ele não tem salvação, porque, embora ele tenha dito “não” aqui para dizer “sim” amanhã, pode ser que ele não possa dizer “sim” amanhã, e aí o “não” ficou um “não” absoluto. E eu errei, não na minha intenção, mas na política. Errei porque não vou conseguir obter aquele resultado.

A dificuldade, que é normal para todos nós que estamos na vida política, é que todo dia temos que decidir, e temos que decidir sobre questões mais ou menos nebulosas, porque a política é o reino do não-definido, não é administração, onde você aplica a regra. Na política se inova, é o não-definido, são as coisas emergentes -- ou seja, o risco do erro é enorme. Esse risco, do ponto de vista moral, não me aflige, porque sei intimamente que estou fazendo o que posso, como nós todos, ou quem esteja, para que as coisas funcionem bem. Mas, do ponto de vista político, não adianta isso. É preciso que se consiga fazer com que as coisas funcionem bem, o que depende de terceiros, e não só do gesto, vai além do gesto. Então, o tema moral é mais complicado.

Tomado no seu sentido mais amplo, o tema da pobreza, por exemplo, no caso do Brasil, é um tema angustiante e, na sua totalidade, ele é paralisante, porque é muito injusta a sociedade. Durante a minha campanha eleitoral, eu dizia sempre uma coisa: “Olha aqui, o Brasil não é mais um país subdesenvolvido, é um país injusto.” Um país subdesenvolvido não tem recurso para acabar com a pobreza. Mas um país que já é desenvolvido e tem pobreza, aí todos somos responsáveis por isso, porque dá para resolver. Quando a situação não tem saída é uma coisa, mas quando a situação tem saída e não se encaminham os problemas na direção da saída, aí nós somos responsáveis.

E, no caso nosso, eu diria que nós somos responsáveis. Esse “nós” não envolve, evidentemente, outras situações, pois às vezes elas são diversas, são de graus diversos, mas há uma responsabilidade até coletiva, no caso de já ser possível dar soluções e não se dar soluções. Agora, quando se quer dar solução, é preciso transformar um grande problema, uma grande nuvem negra, como a fome, a pobreza, em algo que seja passível de entender, de atacar e de modificar. Quando vejo certas estatísticas, digo “Meu Deus do céu, não servem”, porque mostram tantas dificuldades que não há como dar saída ao problema. É preciso começar a especificar. Copenhague é uma grande esperança. Se não especificar, não vai resolver nada. Nós vamos simplesmente voltar ao mesmo tema, vamos dizer que no mundo há injustiça, que há pobres e ricos e que a pobreza aumenta em proporção maior que a riqueza. Talvez até seja verdade, mas é preciso começar a definir alvos, porque, embora eu possa ter revolta moral contra a pobreza em geral, só posso ter solução prática se eu definir um objetivo e juntar condições para que aquele objetivo seja atingido e eu possa modificar aquela situação.

A minha responsabilidade como homem público não é a de me queixar de tudo; é a de dizer: “Olha, vamos atacar esse problema. Não dá para atacar todos. Primeiro é esse, depois esse, depois esse, e vamos andando.”

Tomemos a fome no Brasil. Houve aqui, no Brasil, uma campanha extraordinária, a campanha de solidariedade contra a fome. Havia umas estatísticas assustadoras. Hoje, temos que ir para um outro momento: ou se localizam os bolsões da pobreza e se dá o tamanho exato e onde, quando e como se faz um movimento concentrado de solidariedade, repito, Dom Damasceno, de solidariedade do Governo e da sociedade, de parceria, e se começa a ter resultados concretos, e, então, isso leva a um processo efetivo de transformação; ou nós vamos acabar por desanimar. Então, é preciso ter uma abordagem, politicamente falando, diferente da abordagem de, pura e simplesmente, clamar contra a injustiça. Uma não substitui a outra. Mas é preciso que haja um desdobramento nesse sentido.

Hoje, temos condições, no caso do Brasil, de efetivamente, delimitando os alvos, modificá-los. Se nós não os delimitarmos, vamos conti-

nuar repetindo que as coisas vão mal. Se formos capazes de delimitar, quantificar e juntar esforços, começaremos a ter possibilidade de mudar a situação. É responsabilidade do político mudar uma situação que ele encontrou.

No caso brasileiro – e é o caso de muitos países da América Latina, se não de todos –, nós estamos num momento em que é possível notar que existe um movimento de crescimento da economia. Quanta dificuldade eu tive – me perdoem de novo a expressão direta – para implantar o Plano Real de estabilização. Fui chamado de tudo para implantar o Plano Real. Tive que dizer muito “não”. Bom, a consequência do Plano Real qual foi? O emprego aumentou, a massa de salário real aumentou, a média de salário aumentou e, indiretamente, pelo efeito de freagem da inflação, houve uma distribuição, para as mãos do consumidor, de entre 12 e 15 bilhões dólares, a maior distribuição de renda já havida no Brasil depois – depois, não: mais do que a do Plano Cruzado.

Isso tinha de ser feito, custasse o que custasse. Tinha de ser feito. Para fazer isso, era preciso impor certas restrições, ter noção, perspectiva, do que ia acontecer depois. Até certo ponto, faz-se uma aposta, porque ninguém tem certeza, certeza absoluta, de que vai dar certo. Se não tivesse dado, eu estava, como político, liquidado. Moralmente, como eu sempre quis que desse certo para a maioria, podia estar justificado, mas politicamente não, porque não teria dado certo. Então, seriam imputados a mim todos os males que tivessem acontecido. Como não aconteceram, como deu certo, não se imputa nenhum bem, mas, de qualquer maneira, permite-se que as coisas continuem avançando.

Bem, é sempre assim na vida política. Agora, temos, em várias situações aqui na América Latina, no Brasil especificamente, um momento em que, porque houve estabilização, aumentou o emprego, aumentou o investimento. Muito bem. Mas nós também sabemos que isso não vai bastar, nós também sabemos que – embora num primeiro momento isso alivie, que a gente tenha até a satisfação de ver que a vida material concreta dos mais pobres melhorou, o consumo aumentou, aumentou o consumo de carne, aumentou o consumo de pão, aumentou o consumo de sapato – isso não vai bastar. Por que não vai bastar? Porque,

tendo em vista a massa de pobreza crítica, cristalizada, esses processos não alcançam todos os excluídos.

Quando eu digo que aumentou o emprego, porque aumentou, não significa que a proporção e a velocidade do aumento da oferta de emprego sejam suficientes para fazer derreter aqueles núcleos duros da pobreza. Aí tem que haver ação direta de outro tipo, aí tem que haver ação do Estado, políticas sociais diretas, em colaboração com a sociedade, em parceria com a sociedade. A tragédia dos processos que nós vivemos na América Latina noutras épocas é que, por um lado, não havia o que eu disse há pouco sobre o Brasil, o subdesenvolvimento era tal que não havia muito o que fazer, não havia instrumentos de acumulação de riquezas nem de conhecimento, nem de noção de política pública, nem de organização do Estado, nem de organização da sociedade, nem de estrutura da sociedade, nem as ONGs existiam, não havia instrumentos para que nós pudéssemos dar outros passos. Depois se criou a idéia, na grande fase do chamado “desenvolvimentismo”, de que o crescimento econômico por si resultaria numa distribuição de renda. O que estou dizendo é que o crescimento econômico é necessário, deu um grande impulso, como deu agora, mas não é suficiente e, por si, não resulta numa distribuição efetiva de renda se não houver políticas sociais definidas, convergentes, concertadas com a sociedade para que isso possa ocorrer.

Essa é a diferença do nosso mundo de hoje. É isso que Copenhague vai recolher nas experiências internacionais. Vai recolher a experiência de que o social não é um subproduto econômico, de que não basta o crescimento econômico, de que é preciso mais do que o crescimento econômico. Mas isso não significa que ele dispense o crescimento econômico, até porque, distribuindo-se num país como o Brasil a renda disponível, distribui-se a miséria. É preciso ter mais renda, é preciso ter mais crescimento, para que nós possamos efetivamente chegar a todos.

Não se trata de distribuir em vez de produzir: trata-se das duas coisas. Agora, essas duas coisas não ocorrem automaticamente. E, numa situação de pobreza cristalizada, como a que nós vivemos na América Latina, mesmo que as duas coisas ocorram, elas podem não alcançar o que eu chamei aqui de “núcleos duros de miséria”. Para esses núcleos

duros de miséria, é preciso haver um olhar específico da sociedade, um olhar específico do Estado. É essa criação nova do mundo contemporâneo, que é dessas formas que não são nem estatais nem privadas de ação e se organizam para fazer frente aos problemas.

Tenho dito e repetido – como um amigo meu, que vocês conhecem, o Manuel Castells, mencionou aqui – uma expressão que, muitas vezes, as pessoas podem pensar que é irônica, mas não é. Ele chamou as organizações não-governamentais de organizações “neogovernamentais”. E isso é verdade, são neogovernamentais, embora nenhum Estado queira reconhecê-las como tal, nem elas próprias queiram ser aceitas como tal, porque elas preferiam estar como sociedade pura, civil, e o Estado gostaria de estar preservado de qualquer penetração que não fosse a dos próprios membros da classe política ou da burocracia. Mas o novo são justamente as organizações neogovernamentais, as novas formas de governar, que implicam um imbricamento diferente entre o Estado e a sociedade, que não foi pensado por ninguém, nem Gramsci, nem ninguém, porque não havia, não é? A velha discussão clássica a respeito dessa matéria não podia haver, não se podia captar essa realidade porque não havia o que os americanos chamam de *grassrooted*, uma expressão de que eu gosto: grama enraizada na terra. Nós aqui, no Brasil, assistimos à proliferação dessas organizações de maneira fascinante.

Se há uma possibilidade de hoje nós imaginarmos um caminho que leve à redistribuição da riqueza, que leve efetivamente a que a pobreza seja superada, pelo menos no seu nível mais crítico, em que se encontre um sinal vivo de uma vontade, de um valor de solidariedade, é porque essa sociedade se abriu, se democratizou. Essa democratização, tenho dito sempre, foi o verdadeiro milagre do Brasil. Não foi o econômico em certos momentos, como não será o fato de que agora nós estamos crescendo a taxas elevadas, e assim vamos continuar crescendo. Isso é importante, isso é bom, mas o que assegura que esse crescimento não seja pervertido, ou, pelo menos, dê mais garantias para que ele não o seja, é o fato de que a sociedade se democratizou.

Hoje, num país como o nosso, tudo passa, tudo é conhecido em 24 horas. Está aí a imprensa. Fotografia o tempo todo, imprensa, nota,

não-sei-o-quê: qualquer coisa que se diga, que se pense, leva 24 horas, no máximo, para conhecêrem. Só deveriam ser um pouco mais fiéis na transmissão de pensamentos. (*Risos.*) Mas, em 24 horas, está nas páginas dos jornais, está na telinha do computador, está no rádio, é imediato. É o que assegura que flua a informação e é o que faz com que as demandas se organizem mais rapidamente. Isso é uma tarefa extremamente difícil para o político: entender que as demandas de uma sociedade como a nossa, injusta e onde já existem níveis elevados de vida, essas demandas são imediatas, e sempre se quer mais.

Na semana passada, fui ao Chile. E lá, no Chile, o Presidente Eduardo Frei me convidou para ir a uma *población* – *población* é um acampamento, uma favela (a deles é melhor que a nossa) – chamada La Florida. Estávamos o Presidente do Brasil, o Presidente do Chile, Ministros, aquela coisa toda. Pois bem, uma dirigente da comunidade, Tereza Mendes, não esqueci o nome, foi fantástica, porque ela, sem sair do *script*, daquilo que se esperava, diante de dois Presidentes da República, não teve dúvidas em pedir mais, exigir, não pedir, mas mostrar: “Acabamos de receber isso, mas falta isso, falta isso e falta aquilo.” O Presidente Frei me olhava e eu olhava para ele com olhar de compreensão recíproca. Porque é, sim, falta mesmo. E o fato de receber já não ata quem recebe à submissão, porque esse receber não é sentido como se fosse um ato de generosidade, como se fosse um ato de justiça: são direitos que se reclamam.

Isso é o que dá a essas nossas sociedades a condição de, hoje, poderem ser sociedades que divisam, vêem no horizonte uma potencialidade de maior justiça. É isso que permite, ao lado do crescimento econômico, ao lado da capacidade de liderança, ao lado da força moral, não ceder ao primeiro grito e nem ser populista de aceitar tudo de imediato, criando dificuldades para o dia seguinte.

Tudo isso é importante, mas o que é importante mesmo é que nós já vivemos em sociedades, aqui, onde a noção de justiça, a noção de direito começa a se generalizar; ela não está nos compêndios nem nos tribunais apenas, mas está sendo vivida como expectativa real, na vida cotidiana, pelas populações, mesmo as mais pobres e muitas vezes as menos ilustradas, que convivem ainda com o analfabetismo, mas já têm dentro

de si a semente de uma vontade de recuperação da sua dignidade como cidadão e como ser humano, porque já têm padrões de comparação, porque já têm a noção do valor, de que elas têm o direito de ascender a certos níveis de bem-estar.

Então, senhores, que me ouvem com tanta paciência e bondade, eu acho que nós estamos no limiar de uma época diferente, e por isso Copenhague é importante. Não é diferente porque nós queiramos: é diferente porque, graças a certas transformações que não foram feitas para isso – inclusive as de comunicação –, a capacidade de ampliação do grau de consciência social aumentou muito, aumentou fortíssimamente. E isso é o que permite crer que nós temos boas chances de avançar na luta contra a pobreza. Não fora isso e os índices econômicos poderiam subir que os índices sociais iam continuar lá embaixo. Mas, desde o momento em que se tenha a própria idéia de índice social, já se começa a diluir essas diferenças, começa já a haver comparação.

Sou de uma época em que não havia esses índices, a não ser o da renda *per capita*. Hoje a ONU publica calhamaços sobre indicadores sociais, calhamaços. Sou de uma época em que, trabalhando na Cepal, nós estávamos tentando inventar índices, por exemplo, na questão da saúde pública. Era uma dificuldade imensa. Outro dia, alguém me recordou que eu fiz curso de saúde pública, e é verdade – planejamento em saúde pública –, para tentar entender as políticas sociais. Não existia isso. Hoje, todos os jornais publicam. Hoje, as televisões dão todo dia, fazem as comparações, dão os dados, dão a contra-informação. Então, isso mudou o mundo, nesse sentido.

Agora, retomando o fio da meada, também para encaminhar as conclusões (porque ainda tenho um outro compromisso): a verdade é que isso permite que a ética da responsabilidade seja vivida de uma forma talvez menos agônica, menos dramática, porque ela passa a ser uma responsabilidade compartilhada. Muita gente se sente tocada nesse mesmo processo de responsabilidade. Já não é mais o ato isolado do dirigente político, ou do padre pregador, que está simplesmente vituperando a miséria, atacando a pobreza ou acatando a riqueza – não sei, depende. É mais do que isso, é um sentimento quase cotidiano, é o que

faz com que nós tenhamos a obrigação de dar a esse sentimento quase cotidiano os meios para que ele caminhe.

Assim como na ciência – eu dizia, quem nela foi treinado sabe que tem que descrever o caminho pelo qual chegou à sua verdade –, hoje, na política, pelas razões já ditas, nós todos temos também que, o tempo todo, estar explicando as nossas ações. E que, embora responsávelmente, como eu disse, em certos momentos não avançando o sinal, nós depois temos que dizer por que nós não avançamos. Quando nós avançamos, temos que explicar: “Olha, eu disse ‘não’ hoje para poder dizer ‘sim’ amanhã.” “Eu disse ‘sim’ e me equivoquei.” “Eu disse ‘não’ e me equivoquei.” Nós temos que, o tempo todo, estar prestando contas.

E é isso que cria, eu poderia dizer assim, uma nova *civitas*, um novo, fundamento para a relação política, que não pode ser mais a relação da desconfiança, não pode ser mais a relação do farisaísmo e não pode ser mais, também, esse amesquinhamento que vejo todos os dias e faz parecer que tudo que está pela política está conspurcado. “Fez isso porque quer ganhar o emprego. Fez aquilo porque quer ganhar tal posição.” Meu Deus, vamos viver uma nova civilidade, um novo momento que já o mundo hoje quer da relação política; que ela não seja vivida como sofrimento nem sentida pelos outros como opressão; e que ela não seja vista só como hipocrisia.

O político não pode continuar sendo percebido como, nem continuar a ser, o homem que disfarça, que faz ziguezague, que é esperto. Não pode mais. Hoje, ele tem a condição, a capacidade de dizer, de forma direta, o que ele quer fazer; mesmo que os outros acreditem que “Meu Deus, é um risco enorme, melhor não explicar”, tem que explicar. Se não pode explicar antes, pela razão da responsabilidade, tem que explicar depois, e dizer: “Olha, eu não disse antes porque, se eu dissesse antes, não daria certo, por isso, por isso e por isso.” Então, aí, de novo, nós encontramos talvez um novo momento da ética política. É quando a política puder ser vivida como um fato que não é só o líder, não é só o cidadão, o ser isolado, com a sua consciência, com as suas agอนias e com a sua responsabilidade, mas possa ser alguma coisa compartilhada,

alguma coisa em que haja fusão realmente com o outro, com o social, com a solidariedade.

Nós estamos no limiar dessa nova política. Vai durar, vai perdurar, vai ser implantada. Há esboço aqui, há esboço ali, tragédia, fracasso, como em tudo na vida humana. Mas acho que estamos, realmente, num momento em que é possível ampliar as reflexões sobre a ética, a pobreza e a política de uma maneira criativa e que, dessa criatividade, resulte algo mais que o gozo das próprias palavras e resulte realmente uma capacidade maior de fazer com que todos se tornem sensíveis a um ou a outro problema, e, portanto, esses problemas possam vir a ser solucionados de maneira mais consequente.

Essa é, pelo menos, a minha confiança, a minha convicção, aquilo pelo qual eu me jogo, e me jogo com tranquilidade, mesmo quando eu possa ser mal interpretado. Acredito que é assim que se deve fazer, é assim que nós devemos fazer e é assim que nós faremos. Mas, para isso, nós precisamos da ajuda de todos. E um seminário como este é um momento de reflexão muito importante para nós outros, que estamos, talvez, no dia-a-dia, tão distantes de poder até mesmo pensar sobre o que nós estamos fazendo.

Então, tenho certeza de que, das reflexões que aqui se fizerem, quem vai ser beneficiado, se nós as assimilarmos, serão os nossos povos da América Latina e, amanhã, quem sabe, outros povos, pela disseminação crescente dos conhecimentos.

Muito obrigado.